



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
**2<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 5<sup>a</sup> LEGISLATURA**

ATA CIRCUNSTANCIADA  
DA 12<sup>a</sup>  
(DÉCIMA SEGUNDA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 6 DE MARÇO DE 2008.

56

2 48

3 04 Sessão das

Protocolado no DCTL no DCL 15-67 de 22/04/08  
Assinatura: JMdot Matrícula: 1178737  
Rebusti cegas  
Folheto contendo no DCL 15-22 de 26/04/08  
Assinatura: JMdot Matrícula: 1178737



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	1

**PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI)** – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Cristiano Araújo a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	2

**PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI)** – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 09/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 12<sup>a</sup> Sessão Ordinária.)

**PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI)** – Esta Presidência comunica a presença no plenário da Casa da Deputada Ellana Pedrosa, atual Secretária de Ação Social e Trabalho do Distrito Federal.

Dá-se início ao

**PEQUENO EXPEDIENTE.**

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

**DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho à tribuna na tarde de hoje para reafirmar a minha candidatura à Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios.

O Presidente desta Casa, Deputado Alírio Neto, marcou para a tarde de hoje, às 15h, a escolha do Presidente e do Relator para a Instalação da referida CPI, da qual fui o primeiro signatário e requerente. No entanto, há uma articulação nesta Casa para me retirar da sua Presidência. É tradição nesta Casa que o requerente seja o Presidente ou o Relator da CPI. Trago aqui o Regimento Interno da Câmara Legislativa comentado pela competente servidora Ana Cristina Rezende Nogueira. Ela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	3

não trabalha comigo, mas trabalha com o Deputado Milton Barbosa com toda seriedade e dedicação.

O comentário ao art. 72 do Regimento Interno desta Casa diz o seguinte: "A composição numérica da CPI deve ser indicada no próprio requerimento de criação e tem sido tradicionalmente a mesma das Comissões Permanentes, cinco membros. Esses são designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, observado o princípio da proporcionalidade partidária. O Presidente e o Relator são escolhidos por eleição, sendo prática comum a escolha do autor do requerimento para um dos cargos". Vou repetir: "O Presidente e o Relator são escolhidos por eleição, sendo prática comum a escolha do autor do requerimento para um dos cargos".

Então, reafirmo minha candidatura à Presidência da CPI. Acho que essa CPI é importante não somente para a Câmara Legislativa, mas para a população do Distrito Federal, que sofre na hora de enterrar uma pessoa nesta cidade, que paga preços altíssimos, não só para os cemitérios mas também para as funerárias.

Aliás, quero louvar a ação do Governo, que está tentando fazer licitação nessa questão das funerárias, já que o valor que a população paga é bastante alto. Espero, sinceramente, que essa CPI não sirva para acobertar nada, mas para investigar o problema dos cemitérios do Distrito Federal.

Reafirmo a minha candidatura. Espero que, ao final da Comissão Parlamentar de Inquérito, os preços praticados nos cemitérios do Distrito Federal sejam reduzidos bruscamente para que a população, principalmente a população carente desta cidade, pague um preço menor na hora de enterrar um ente querido, e que as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	4

irregularidades no contrato de licitação dos cemitérios sejam investigadas, até porque uma única empresa administra os seis cemitérios do Distrito Federal.

Para aqueles que, por ideologia, defendem que o Estado seja maior, não vejo motivo para uma empresa administrar os cemitérios: morte não combina com lucro; para aqueles que defendem que o Estado seja menor e que o mercado tome conta de algumas das suas atividades, também não devem concordar com o fato de uma única empresa administrar os seis cemitérios do Distrito Federal. Isso, no mínimo, fere o princípio da livre concorrência.

Reafirmo a minha candidatura e espero que esta Casa cumpra o seu papel de fiscalização, de investigação e faça uma CPI para investigar e não para acobertar nada.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Concedo a palavra ao Sr. Secretário, Deputado Cristiano Araújo, para uma retificação.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, foram 34 indicações de autoria do Deputado Rôney Nemer e duas indicações de autoria do Deputado Milton Barbosa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BRUNELLI) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz, pela Liderança dos Democratas, próximo orador inscrito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	5

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses, pelo Bloco Parlamentar Independente.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Independente. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa, boa-tarde!

O que me traz a esta tribuna hoje são os episódios ocorridos na cidade de São Sebastião, na qual resido, nesta semana que está em curso. Esta semana foi marcada por fatos extremamente negativos em nossa cidade. A imprensa noticiou a morte de jovens, a presença de gangues naquela cidade, gangues que se enfrentam há muito tempo em São Sebastião, gangues que migram de um bairro para outro.

Exclusivamente, esse episódio que redundou na morte de dois jovens, um de 17 e uma de 15 anos, é uma rixa que existe entre o bairro João Cândido, a Quadra 25, e o Bairro do Bosque, onde trabalhei por quatro anos na função de professor do Centro de Ensino Fundamental do Bosque.

Eu visitei a 17ª. CPMInd e conversei com o Major Amaro, o responsável pelo policiamento ostensivo de São Sebastião. Hoje, essa Companhia conta com 176 policiais militares, sendo que o previsto para São Sebastião era um efetivo de 324 policiais militares, entre homens e mulheres. Então, são 176 policiais militares. Um efetivo inexpressivo para uma cidade que já beira ter 110 mil habitantes!

Mais do que isso, eles têm hoje, como equipamentos de segurança pública, três motos e quatro viaturas! Têm três motos e quatro viaturas! Sendo que duas L200 estão "baixadas", há mais de quatro meses, nos pátios da 17ª. CPMInd,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	6

impossibilitando a esses poucos policiais militares fazerem as rondas necessárias naqueles bairros.

Assim, a violência vem se consolidando, tanto pela facilidade de compra de armas no Distrito Federal, quanto pelo tráfico de drogas – merla, cocaína, maconha –, que financia as gangues.

E o mais grave: são jovens! São jovens que estão matando e são jovens que estão morrendo! E não existe hoje, naquela cidade, nenhuma política voltada para a juventude! Não há atividades como o “Esporte à Meia-Noite”, o “Picasso não Pichava”, ou qualquer outra que seja de interesse no universo da juventude. Porque sabemos, esta é uma regra antiga: “Cabeça vazia é oficina do diabo”.

As vagas de emprego naquela cidade são extremamente raras. É uma cidade que tem um comércio muito doméstico, muito simples. Não há também uma política de primeiro emprego a fim de que se possa dar atenção especial a esse problema da juventude.

Então, eu quero aqui aproveitar esta oportunidade e dizer que estou apresentando um requerimento para que se possa fazer uma audiência pública em São Sebastião no dia 12 de março. Uma audiência pública que terá a presença do Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, do Sr. Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Raimundo Ribeiro, e do Sr. Subsecretário de Juventude.

Eu encaminharei também, nessa oportunidade, convite à Deputada Eliana Pedrosa, que está na Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	7

Espero que possamos fazer um debate sério, e que o Governo apresente uma solução para esse problema emergencial. Uma solução concreta! Parece-me que a única solução até agora apresentada pelo Governo, pela Administração Regional, é uma ação de desarmamento, que ocorrerá no sábado, com a presença de policiais. Ou seja, uma ação de cunho repressivo, imediato, paliativo.

Eu acho que é necessário, sim, que se faça uma ação dura de repressão, que seja mostrada a presença do Estado, que haja policiais nas ruas, mas que isso não aconteça somente neste final de semana! Não só porque ocorreu nesta semana a morte de jovens! Que se tenha isso como uma política de segurança pública! Uma política constante! Porque aquela cidade vem recebendo, por parte do Governo do Distrito Federal, uma série de obras importantes no que diz respeito à questão de infra-estrutura!

A cidade de São Sebastião está melhorando e está melhorando muito neste Governo! Mas, infelizmente, no diz respeito à segurança pública e a políticas sociais relacionadas à juventude, nós estamos "órfãos"! Estamos "órfãos" em São Sebastião! E não só lá! Em grande parte do Distrito Federal, a juventude não tem hoje uma política social de continuidade para suprir suas necessidades.

Essas gangues surgem, na verdade, onde não há a presença do Estado, onde não há uma política de proteção à juventude, onde não há uma política de promoção do esporte, do lazer, da cultura, uma política de primeiro emprego... Enfim, uma ocupação para a juventude, que seria, sem dúvida alguma, uma ótima alternativa para começarmos a não ver mais essas matérias estampadas nas capas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	8

dos jornalistas! Muitas vezes, só quando a imprensa dá atenção para a morte de jovens é que conseguimos a atenção do Estado para os problemas que fazem parte do dia-a-dia da cidade de São Sebastião e de grande parte das cidades da periferia do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Cristiano Araújo.)

**PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO)** – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa, próximo orador inscrito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima, pelo Bloco Democrático Social Brasileiro.

**DEPUTADO WILSON LIMA** (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, pessoas presentes na galeria, nossos colaboradores, ontem, houve mais um *round* no Supremo, no que diz respeito a células-tronco.

Nesta Casa, graças a Deus, nós conseguimos formar uma frente parlamentar provida! A Campanha da Fraternidade da Igreja Católica deste ano é no sentido de preservar a vida desde a concepção até a morte natural.

Eu já externei aqui, por várias vezes, meu ponto de vista e quero parabenizar muitas das nossas autoridades que têm defendido veementemente a vida desde a concepção até a morte natural. E não é tirando a vida de alguns, não é interrompendo a vida de alguns para conseguir salvar a vida de outros que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	9

conseguiremos melhorar a qualidade de vidas das pessoas. Eu volto a afirmar aqui que essas pessoas que estão votando hoje no Supremo Tribunal Federal estão votando porque, além de Deus, seus pais consentiram que eles viessem ao mundo. Infelizmente, eles votarão esse tema, que outros – quem sabe – não tiveram o direito de votar porque não vieram ao mundo. Eles não puderam testemunhar a discriminação que foi feita contra a vida humana desde a concepção.

A legislação pode dizer que a vida é protegida desde o nascimento, mas sabemos que a vida humana se forma com o encontro do óvulo com o espermatozóide. Daí começa a vida humana e forma-se um corpo, que só falta desenvolver-se.

Eu sou casado e tenho três filhos. Quando minha esposa estava com dois meses de gestação do nosso quarto filho, ela contraiu rubéola, e o médico quis fazer uma intervenção cirúrgica para abortar a criança. Eu e minha esposa já havíamos tomado a decisão de não fazer o aborto e não o fizemos, Deputado Bispo Renato Andrade. Sete meses depois disso, mesmo o médico tendo nos alertado da possibilidade de a criança nascer com seqüelas, tivemos a graça de Deus, a misericórdia e a alegria de receber, em nosso lar, uma filha, porque, até então, só havíamos tido três filhos, e, para nossa maior alegria, era uma criança saudável. Hoje ela está quase completando dezoito anos – completará no dia 5 de abril –, faz Odontologia na Faculdade Católica de Brasília, está realizada e nos dando muita felicidade. Nós não estamos com a consciência pesada porque não optamos por retirá-la do útero materno, que é o lugar que deveria ser mais protegido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	10

Esta Casa é uma caixa de ressonância. Então, faço um apelo às autoridades de Brasília e às pessoas que têm o voto de decisão nas mãos para que pensem, tenham consciência, peçam a Deus que os ilumine. Se estamos aqui no mundo é porque esse é o plano de Deus, foi Ele que nos escolheu para virmos ao mundo. Que os ministros decidam a favor da vida e não da morte. Nós sabemos que a ciência está avançando cada vez mais e tem mecanismos para superar as dificuldades sem precisar usar as células-tronco, fruto do embrião humano.

Então, fica registrado o meu apelo e o meu protesto contra o Procurador-Geral da República, que fez menção de que é favorável, contra o voto do Relator, que já se manifestou, e contra a Ministra Ellen Gracie e outro ministro que também já externou o seu voto. Eles não deviam ser favoráveis porque, se estão vivos, é porque alguém consentiu que eles vivessem no seio materno e fossem concebidos. Eu queria ver o resultado da votação se aqueles que não puderam nascer estivessem votando.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estou assumindo, neste momento, o grito daqueles que não puderam ou não poderão viver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa, na última sessão eu falei sobre os altos índices de violência cometidos no final de semana. E o Deputado Rogério Ulysses veio aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	11

para confirmar tudo o que debatemos na última terça-feira. Deputado Rogério Ulysses, isso nada mais é do que a falta de planejamento, de uma política de segurança pública para o Distrito Federal. Vejam que o Governo não está preocupado com isso. Vou dar uma demonstração disso para V.Exas.

Hoje de manhã, nós realizamos uma audiência pública que o Deputado Paulo Tadeu e a Deputada Eurides Brito tinham convocado com o segmento cultural do Distrito Federal.

Sr. Presidente, o Governo destinou, no ano de 2007, R\$1.154.000,00 (um milhão, cento e cinqüenta e quatro mil reais) para a área da cultura. Dos 800 projetos, Deputado Rogério Ulysses, só setenta foram atendidos pela Secretaria de Cultura. Em contrapartida, o Governo destinou R\$76.000.000,00(setenta e seis milhões de reais) para a publicidade. Olhem a prioridade do Governo!

A Bancada do Partido dos Trabalhadores votará a favor do projeto que o Governo mandou para esta Casa que destina 0,3% da receita corrente líquida para a área da cultura. Quero deixar claro que esse valor ainda é pouco, Deputado Chico Leite, porque 0,3% correspondem a R\$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais). Esse valor corresponde a R\$11,00 (onze reais) por habitante no Distrito Federal. Deputado Rogério Ulysses, o Governo inverte a lógica. É melhor para ele custear um preso, que custa quase R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), do que aumentar o incentivo à cultura ou aplicar em educação. É claro que isso está acontecendo no GDF. Por quê? Porque o Secretário de Segurança Pública, Gal. Cândido Vargas, até



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	12

hoje não implementou uma ação sequer para reduzir os índices de violência no Distrito Federal.

Como bem disse V.Exa., o que vai acontecer sábado em São Sebastião é uma operação de desarmamento que acontece em todas as cidades do Distrito Federal e que deveria acontecer em todo o País. É missão precípua da Polícia Militar do Distrito Federal o policiamento ostensivo e preventivo. Mas só isso não combate a violência. Temos de ter outras ações, como planejamento. Têm de ser identificadas as gangues que atuam em São Sebastião, em Planaltina, no Gama, em Santa Maria, enfim, em todas as cidades. O Governo precisa dizer que quer dar um basta na insegurança do Distrito Federal.

Sr. Presidente, na última terça-feira, falamos que ocorreram dez homicídios no sábado e no domingo. Mas, pasmem, na segunda-feira e na terça-feira, ocorreram sete homicídios no Distrito Federal: dois em Taguatinga, um em Ceilândia, um em Samambaia e um no Gama. Foram registrados sete homicídios, e não era final de semana!

A medida que o Governo tomou de reduzir o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais contribui para o desemprego, como disse bem o Deputado Paulo Tadeu na última sessão ordinária, e deixa claro que o Governo não tem preocupação com a geração de emprego e renda e com o combate à insegurança no Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	13

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cabo Patrício, V.Exa. sabe que, naquela sessão em que debatemos o assunto, eu cheguei a dizer que o Governo está tentando resolver o problema da árvore apenas cortando os galhos, sem mexer na raiz.

A Lei Seca, que é um mito, assim como o fechamento de bares sob o argumento da ordenação urbanística, na realidade, mexe com a empregabilidade e não protege o direito de vizinhança, como se queria. E, o que é mais grave, embora o Distrito Federal possua o maior número de policiais por habitantes do Brasil, nós sabemos também que não é só da polícia a missão de combater a violência. Seria necessário que todas as crianças estivessem nas escolas e que houvesse uma relação família/escola/sociedade, porque afí estariam mexendo na raiz e não apenas cortando os galhos da árvore.

É preciso lembrar isso ao Governo, Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte do Deputado Chico Leite.

Isso mostra, inclusive, que o Governo não tem uma política de segurança pública no Distrito Federal e que o Secretário de Segurança, em vez de combater a criminalidade, fica o tempo todo na Secretaria ou vai com o Comandante-Geral para formaturas em quartéis, não faz um planejamento específico para combater a realidade da violência em São Sebastião.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	14

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Deputado Cabo Patrício, não é preciso identificar as gangues do Distrito Federal. A Polícia Civil e a Polícia Militar já as têm mapeadas. O Serviço de Inteligência sabe quais são as gangues e os nomes, sabe como elas atuam. O problema é que grande parte dessas gangues é formada por menores de idade, e não há nenhuma política para isso. Elas apenas são identificadas. Queremos que os infratores sejam identificados e que o Estado tenha uma ação efetiva para minorar o confronto de jovens no Distrito Federal.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte do Deputado Rogério Ulysses.

Isso é demonstrado com o número de jovens que perdemos no dia-a-dia com a violência. Como V.Exa. disse, falta uma política social efetiva – seja na cultura, seja na educação – nas regiões administrativas, principalmente nas comunidades de baixa renda, para que os índices de violência sejam reduzidos.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Ouço o aparte do Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Cabo Patrício, parabenizo V.Exa. Entretanto, dissentirei apenas de uma parte do seu pronunciamento.

Fala-se muito na falta de políticas de segurança, mas, na realidade, a grande política de segurança são as políticas públicas e sociais – o Deputado Chico Leite



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	15

socorre-me ao dizer que elas mexem na raiz do problema. Nenhum órgão de segurança, em nenhum país do mundo, por mais desenvolvido que seja, dará conta da violência se não agregar as políticas públicas que todos conhecemos.

Eu disse que, para combater a violência, não seria necessário ir à Colômbia para verificar o que está sendo implantado ali. Quem lá foi descobriu que a violência foi reduzida naquele país porque foram implantadas políticas públicas sociais. No Brasil, não só aqui em Brasília, dever-se-ia fazer o mesmo. Pode-se colocar um policial em cada esquina, em cada condomínio residencial, que o problema não se resolverá. Podem ser colocados trezentos postos policiais que o problema continuará. Nunca disse isto, estou dizendo hoje: sou contra essa política. Posto policial é para locais onde não há nenhum equipamento de segurança.

Assim, se não houver políticas de educação, políticas para os jovens, para as pessoas que perdem o emprego, para os que completam quarenta anos e são alijados do mercado de trabalho, todo esforço será infrutífero. Temos que nos ater a isso.

Não faço defesa do Secretário de Segurança, pois não o conheço. Apenas nos cumprimentamos uma vez. Não adianta pedir política de segurança pública isolada, pois não se chegará a lugar algum. Os profissionais que aí estão fazem o que podem e o que não podem para reduzir, para minimizar os índices de violência, o que não ocorrerá enquanto todos os governos – não só esse – não implantarem políticas públicas a fim de diminuir os índices de violência.

Obrigado e parabéns a V.Exa. pela abordagem do tema.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	16

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Agradeço o aparte do Deputado Milton Barbosa.

Na realidade, falta uma política pública de segurança. Os órgãos do GDF – como a Secretaria de Assistência Social, de Educação, de Saúde, enfim, todos os órgãos envolvidos no tema – devem trabalhar para combater a violência. A polícia está aí para exercer sua missão precípua: a manutenção da ordem e da segurança pública. Mesmo que houvesse um policial para cada habitante, não iríamos acabar com a violência. O Deputado Rogério Ulysses disse muito bem: falta uma política para a juventude do Distrito Federal. Faltam políticas públicas no Distrito Federal. Se o Governo continuar gastando R\$72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais) – como gastou em 2007 – em publicidade e apenas R\$1.154.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil reais) em cultura, ficará demonstrado que ele não quer combater a raiz do problema da violência no Distrito Federal.

Sr. Presidente, muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, servidores desta Casa, antes de proceder ao pronunciamento, que tratará do artigo do eminente jornalista Roberto Pompeu de Toledo, quero fazer uma saudação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	17

Ontem, dia 5 de março, houve a mudança do comando do Corpo de Bombeiros. Estavam presentes o Governador e toda a sua equipe de Segurança Pública, o comando da Polícia Militar, o da Polícia Civil e o do Corpo de Bombeiros, em uma demonstração clara de unidade, de compromisso com a política de segurança pública no Distrito Federal. Na ocasião, o Cel. José Anício passou o comando ao Cel. Abud. Quero aqui manifestar o reconhecimento da liderança do trabalho do Corpo de Bombeiros, especialmente do Cel. Anício. Trago aqui, portanto, o meu voto de louvor à sua gestão e ao trabalho desempenhado ao longo desses últimos 12 meses em que esteve à frente da corporação. Lamentavelmente, o Coronel irá para a reserva em função de cumprimento estatutário: trinta anos de serviços prestados e oito anos como coronel.

Deixo aqui a minha saudação e os meus cumprimentos, em nome da Liderança do Governo, ao novo Coronel que assume o comando do Corpo de Bombeiros.

Neste momento, Deputado Wilson Lima, estamos nos ultimatos em relação às licitações dos postos policiais. Tenho certeza de que até mesmo a oposição virá a este microfone para aplaudir e saudar o Governador, o Secretário de Segurança Pública, o Comandante da Polícia Militar e todos os que fazem parte dessa importante missão que vem sendo executada na nova política de segurança pública no Distrito Federal.

Peço permissão para fazer uma breve leitura como repercussão do pronunciamento do nobre Senador Adelmir Santana, ontem, no Senado Federal, em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	18

razão da indignação de muitos brasilienses, Deputado Batista das Cooperativas, com o artigo do eminentíssimo jornalista Roberto Pompeu de Toledo – que, diga-se de passagem, é um dos melhores jornalistas deste País – publicado na Revista *Veja*, intitulado “Brasília, essa Desgraceira”.

O título repete uma frase do Presidente Lula a seus ministros. S.Exa. os mandou viajar pelo Brasil para mapear e resolver problemas graves porque “ficar em Brasília é uma desgraceira”.

O jornalista Pompeu comenta outro artigo: o do historiador José Murilo de Carvalho, que afirma que a capital do País se tornou uma corte corrupta e corruptora. Ele ainda critica o plano urbanístico da cidade e diz que a cidade expulsou os pobres para o submundo das cidades-satélites e favelas.

É inacreditável, Deputado Paulo Roriz, que quase 50 anos depois da inauguração de Brasília, a transferência da capital ainda seja objeto de tantas polêmicas. Parece que algumas pessoas ainda não se conformaram com a vinda da capital para o Centro-Oeste, tornando Brasília uma cidade irradiadora de crescimento econômico e de progresso. Brasília não foi construída pelo capricho de ser apenas uma capital moderna, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, mas para ser essencialmente, Deputada Erika Kokay, um vetor de desenvolvimento. Esse objetivo foi alcançado. Abriu-se uma nova fronteira agrícola, representada pela região Centro-Oeste, que criou novos pólos comerciais e industriais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	19

Brasília é um retrato do Brasil e não está restrita apenas à Esplanada dos Ministérios e à Praça dos Três Poderes. Brasília não perde, Deputado Dr. Charles, para nenhuma outra capital deste País. Em muitos aspectos, está bem à frente de outras cidades do mundo. Se fosse tão ruim morar aqui, não teríamos a maior expectativa de vida, de acordo com o IBGE.

DEPUTADO DR. CHARLES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Deputado Leonardo Prudente, isso é “chororô” das viúvas do Rio de Janeiro que ainda querem morar ao lado da praia, sem enfrentar a dureza de estar no Centro-Oeste, avançando para o Amazonas! Esta capital, os seus moradores e as suas cidades têm de ser respeitados. Isso é uma falta de respeito! Estou junto com V.Exa. Não permitiremos que isso aconteça!

Obrigado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Agradeço o aparte do Deputado Dr. Charles.

Sr. Presidente, finalmente, com o Governador Arruda, as ilegalidades estão sendo combatidas e cidades vêm sendo organizadas, mesmo à custa de muito desgaste político. Derrubar construções irregulares, impedir o comércio ilegal e fiscalizar o cumprimento das leis não são apenas medidas duras, são medidas que contrariam muito os interesses daqueles que não têm nenhum compromisso com o futuro de nossa cidade. Brasília é uma cidade democrática, linda e que sabe receber



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	20

muito bem a todos os brasileiros, mesmo aqueles que, lamentavelmente, chamam-na de desgraceira.

Sr. Presidente, quero aqui fazer minhas as palavras do nobre Senador Adelmir Santana, que ontem se pronunciou sobre o assunto no Senado Federal, citando as manifestações de revolta e indignação recebidas por meio de *e-mails* e de telefonemas. Esta Casa não poderia, mesmo em respeito ao eminente jornalista, deixar de registrar o nosso repúdio a essas declarações.

Muito obrigado.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu me reporto a esta tribuna depois de ouvir as palavras do Deputado Rogério Ulysses. Sem dúvida, preocupa-me bastante a questão da segurança pública no Distrito Federal e, em especial, no Brasil.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar de alguns aspectos que considero importantes e alguns deles bastante técnicos. Há uma política de segurança pública implantada no Brasil totalmente equivocada. Refiro-me à política de segurança pública que quer passar apenas a sensação de segurança. Essa foi a política implantada por muito tempo pelo Cel. Brochado aqui no Distrito Federal. É uma teoria de um filósofo alemão, que diz que cada ser humano tem em si a sua sensação de segurança; ou seja, realiza-se uma pesquisa nos locais onde estão acontecendo os delitos e busca-se colocar e concentrar policiais nos pontos onde



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	21

haja maior trânsito de pessoas ou de veículos. Essa política, efetivamente, não busca coibir a origem do delito, e sim, causar ao cidadão uma falsa sensação de que ali existe segurança pública.

O mais curioso neste país é quando se fala de pesquisa sobre segurança. Quais são os índices de segurança pública no Brasil? Os índices que temos baseiam-se nos boletins de ocorrência registrados nas delegacias, nas queixas que chegam ao Ministério Público e até mesmo nas notícias-crimes que chegam à Polícia Militar. Agora, há uma grande farsa por trás desses números.

A partir dos anos 60, nos Estados Unidos, em Nova Iorque, adotou-se a chamada pesquisa de vitimização. Em vez de se perguntar nas instituições públicas o número de ocorrências registradas, fez-se uma pesquisa de porta em porta para saber se as pessoas haviam sido vítimas de algum tipo de violência. Se a resposta fosse positiva, perguntava-se se a vítima havia procurado as instituições públicas em Nova Iorque.

V.Exas. sabem qual foi o índice? De cada dez pessoas que eram identificadas como vítimas de agressão, somente cinco haviam procurado as instituições públicas.

No ano de 2002, o Brasil realizou uma pesquisa de vitimização, a primeira e única pesquisa que foi realizada no Brasil. Pois bem, V.Exas. sabem qual foi o índice? De cada cem pessoas, identificadas na rua, que foram vítimas de violência, somente trinta procuraram as instituições responsáveis por reprimir o crime, ou seja, de cada dez pessoas, somente três registraram queixa. No Brasil esse índice é de 3%, em média. Aqui em Brasília também foi registrado esse índice. Essa pesquisa foi feita em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	22

Brasília, Rio de Janeiro, Vitória, Recife e São Paulo. O mais curioso não é isso. O mais curioso é que os verdadeiros índices não são esses. O verdadeiro índice, que este País não produz, é um índice que nos permitiria saber onde estão os resultados do trabalho das instituições que recebem para combater os delitos; ou seja, queremos saber que retorno essas instituições dão para os impostos que pagamos. O índice de esclarecimento de homicídio no Rio de Janeiro é de 4%; ou seja, de dez homicídios, somente quatro são esclarecidos. Ou melhor, de cada cem homicídios, somente quatro são esclarecidos. No Estado de São Paulo, que é um Estado mais eficiente, esse índice é fantástico: de cada cem homicídios, oito são esclarecidos pela polícia. Em Brasília, o índice é bem melhor, graças a Deus: de cada cem homicídios, sessenta são esclarecidos. É o maior índice do Brasil e muito próximo dos índices do Primeiro Mundo. Em Montreal, por exemplo, que tem o maior índice, de cada cem homicídios, setenta e quatro são esclarecidos.

E vamos mais: que retorno está sendo dado? Será que as instituições estão correspondendo ao que pagamos de impostos? Qual é o índice do Poder Judiciário e do Ministério Público? Qual é o índice de pessoas que cometem homicídio, por exemplo – que é o crime mais grave que temos no País –, e vão para a cadeia? De cada cem, quantos recebem a sentença e vão para a cadeia? Um por cento! Ou seja, toda essa estrutura do País paga pelos impostos não rende aquilo que é necessário. O pior é que nós, de forma hipócrita, escondemos debaixo do tapete.

Isso ocorre porque não temos coragem de colocar o dedo em algumas calxinas-pretas nas áreas de segurança pública. Não me refiro especificamente à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	23

pólicia, porque acredito que já estejam claros os índices, mas me refiro também ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, que recebem fábulas de dinheiro! Muito mais do que recebe um policial militar do Estado do Rio de Janeiro para correr risco de morte e ter um resultado final do sistema penal de 1% de prisão sentenciado por homicídio!

Nós vamos mais um pouco: sabem como é chamado isso? Taxa de atrito. Aquilo que foi identificado, os 60% de Brasília, e aquilo que é o final, ou seja, que chega ao sistema prisional. Nós não temos aqui em Brasília esse índice. Penso que, no mínimo, teríamos de saber esse índice para termos uma noção da eficiência do Judiciário e do Ministério Público! Qual é o trabalho que eles estão fazendo? Estão trabalhando da maneira certa ou errada?

Um dia desses, em conversa com a Deputada Eurides Brito, S.Exa. me disse que estava processando uma pessoa e teve uma informação do Ministério Público ou do Judiciário, não me lembro bem, de que o crime já estava prescrevendo!

Aconteceu comigo na primeira eleição. Eu peguei uma pessoa panfletando calúnias a meu respeito e o levei à delegacia para iniciar o Inquérito. Quatro anos depois, fui ao julgamento como vítima. Sabem o que o juiz disse? "Muito bem, você trouxe a prova, trouxe o culpado e o cheque que foi entregue na gráfica, mas esse crime está prescrito!" Prescrito! Ou seja, o Brasil tem que aprender a analisar os seus índices! Os índices que vemos nas ruas, nas delegacias e até nos presídios não são os verdadeiros índices de violência do País. Vai muito além!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	24

É verdade que a impunidade está campeando por todo o País, mas em função de instituições nefastas, um corporativismo que não nos deixa discutir, realmente, o que é necessário para a segurança pública; um corporativismo que busca reservar nicho de mercado, muitas vezes com brigas porque não é da sua competência.

Multas vezes, vejo alguns homicídios terem certa repercussão. Acho que é o papel da Imprensa divulgar, Deputado Rogério Ulysses, mas quando o homicídio ocorre na área da periferia, e aí respeitando qualquer vítima, eu não vejo essa repercussão tão grande! Eu não vejo o acompanhamento até o final do julgamento para saber se o Judiciário e o Ministério Público concluíram aquele julgamento antes da prescrição. E isso é da competência deles!

Portanto, temos de ter ousadia para colocar pessoas capacitadas para acompanhar a execução dos trabalhos do Poder Judiciário e do Ministério Público. E aí, Deputado Rogério Ulysses, de todos esses índices, o que mais me assusta não é o Rio de Janeiro esclarecer só 4% ou o Estado de São Paulo esclarecer 8% dos homicídios cometidos – é bom saber também que a polícia do Distrito Federal esclarece 60% dos homicídios –, mas o inconcebível é saber que somente 1% vai para a cadeia, apesar de toda essa estrutura caríssima que nós mantemos!

Para concluir, quero dizer a V.Exa. que no final desse sistema há algo lastimável que se chama sistema prisional. Esse é o pior de todos. Não há uma política penitenciária de recuperação, pois o preso entra ladrão de bicicleta e sai membro de uma organização criminosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	25

O Brasil se preocupa muito mais em punir o agente penitenciário pelas rebeliões, pelas agressões e pelas confusões que ocorrem dentro do sistema do que em ter uma política penitenciária que recupere os presidiários ou os detentos do sistema.

Quero dizer a V.Exa. que gostei muito do seu pronunciamento e que concordo com o que V.Exa. falou.

Neste momento, a Força Nacional está no Entorno, mas por quanto tempo ela ficará lá? Até haver outro desastre em outro ponto do País e nós puxarmos o cobertor para a cabeça e deixarmos os pés descobertos.

Não há uma política séria de segurança pública, e não falo só do Governo Federal e dos governos estaduais, mas de todo o País: do Governo Federal, dos governos estaduais e dos municipais. Não há uma política de segurança responsável e séria que leve em consideração os verdadeiros índices de segurança.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Quero dizer, para ficar registrado nas notas taquigráficas, que o Sr. Presidente não falou nos Comunicados de Líderes. S.Exa. solicitou o uso da palavra.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Pergunto aos Deputados se abrem mão dos pronunciamentos para podermos passar à pauta propriamente dita.

**DEPUTADO CHICO LEITE** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	26

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, abro mão de minha fala nos Comunicados de Parlamentares e serei breve a fim de que V.Exa. possa prosseguir. Eu gostaria, portanto, da presença do Presidente, Deputado Alírio Neto, de V.Exa., que presidi a sessão, e do Deputado Dr. Charles.

Quero aqui, na minha fala, que tem natureza formal, fazer alusão a um pronunciamento que fiz na última terça-feira, em que eu reclamava do fato de, desde outubro ou novembro do ano passado, os dados da execução orçamentária da Câmara Legislativa não serem atualizados nem no Diário da Câmara Legislativa nem na Internet.

Hoje venho a este microfone de aparte, Deputado Dr. Charles, para, em primeiro lugar, parabenizar a Mesa da Casa, porque voluntariamente tomou a decisão, por ato administrativo próprio, de divulgar a execução orçamentária, inclusive os gastos com a verba indenizatória. Sabe-se lá quantas casas legislativas do Brasil o fazem. Os poderes executivos, à exceção do Federal, não fazem isso. O GDF não faz. Basta abrir a página do GDF e V.Exa. verá que lá não há qualquer dado de execução orçamentária.

Quero parabenizar a Mesa, porque vi que, hoje, está de volta à página da Internet e ao Diário da Câmara a nossa execução orçamentária.

Nesse mesmo passo, Sr. Presidente, quero dizer que, sem embargo do elogio que se possa fazer à conduta dessa Mesa Diretora, que tem adequado a Casa à Lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	27

de Responsabilidade Fiscal — foi a primeira das Casas questionadas do Brasil a fazer isso, é preciso que se diga, e é a única Casa do Brasil que tem uma legislação antinepotista —, a Mesa Diretora, por certo, seja no ano que vem, seja daqui a dois anos, mudará, porque as pessoas passam e as instituições ficam.

Há um projeto de resolução de nossa autoria, o PR nº 8, de 2003, que está pronto para ir a pauta, para ir a plenário, ultrapassado o prazo de emendas desde 8 de junho de 2004. Foi aprovado na Mesa, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, sempre por unanimidade, mas não veio efetivamente a este plenário.

Sr. Presidente Wilson Lima, comuniquei ao nobre Presidente Alírio Neto, que usou também desse microfone para apoiar a aprovação da resolução, bem como ao Vice-Presidente Paulo Tadeu, responsável pela colocação voluntária desses dados na Internet e um de seus artífices, dando exemplo a outras Casas Legislativas do Brasil, que abro mão da autoria do projeto de resolução para que tenhamos uma resolução subscrita pelos 24 Parlamentares, como houve no caso da Lei Antinepotista. Assim, não ficaremos à mercê do talante de uma Mesa esforçada, competente e briosa como essa, nem de qualquer Mesa Diretora, que terá, impessoalmente, a obrigação de incluir o projeto em pauta.

Então quero, neste momento, dizer a V.Exas., Deputado Dr. Charles, Wilson Lima e demais Parlamentares, que, por meio de memorando, abrirei mão da autoria do projeto de resolução ainda hoje e, a partir de amanhã, colherei as 24 assinaturas dos Parlamentares. Há consonância nesse tema entre os Deputados, inclusive entre os cinco integrantes da Mesa Diretora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	28

Espero que possamos, mais uma vez, mostrar uma história com transparência.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à  
ORDEM DO DIA.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB, Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na Ordem do Dia do requerimento de minha autoria, protocolado hoje, que requer a realização de audiência pública no dia 12 de março de 2008, às 19h30min, em São Sebastião, para tratar de questões relativas à violência juvenil naquela localidade. Peço isso em função da proximidade da data. Assim, realizaríamos essa audiência pública na semana que vem e discutiríamos os problemas de violência daquela Região Administrativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Rogério Ulysses, acato o pedido de V.Exa. e incluo o requerimento na pauta de hoje.

Há apenas um veto sobrestando a pauta.

Solicito a manifestação do Deputado Leonardo Prudente e demais Líderes desta Casa para saber se há acordo em apreciarmos os projetos de créditos suplementares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	29

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do Governo falo que não há nenhuma objeção em apreciarmos o item nº 3, primeiro projeto de crédito suplementar.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há nenhum óbice em apreciarmos o item nº 3. Inclusive, apresentamos algumas emendas apenas de correção do Orçamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Após acordo das lideranças, passaremos à apreciação da pauta.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 735, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 40.241.800,00 (quarenta milhões, duzentos e quarenta e um mil e oitocentos reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento”.

Relatores: Deputado Paulo Roriz - CEOF.

A proposição recebeu três emendas.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Paulo Roriz, que emita parecer sobre as emendas ou designe relator para a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, designo o Deputado Berinaldo Pontes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Passaremos ao próximo item da pauta.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item nº 2 é um veto ao Projeto de Lei nº 312, 2007, de minha autoria. Solicito a V.Exa. que a proposição seja colocada em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Após a votação do projeto de lei que abre crédito à LOA, deliberaremos sobre essa matéria.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 736, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	31

Os Deputados que o aprovam permanecam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 736, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 2:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	32

Apreciação do voto parcial ao art. 2º do Projeto de Lei nº 312, de 2007, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “reconhece a encenação da Paixão de Cristo ao Vivo (Via-Sacra), no Recanto das Emas, como evento oficial do Distrito Federal”.

Relator: Deputado Milton Barbosa - CCJ

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Milton Barbosa, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

**RELATÓRIO N° /2008**

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO PARCIAL** oposto ao Projeto de Lei nº 312/2007, que “Reconhece a Encenação da Paixão de Cristo ao Vivo (Via-sacra), no Recanto das Emas, como evento oficial do Distrito Federal”.

**RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA**

Nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa que opôs veto parcial, incidente sobre o art. 2º, ao Projeto de Lei nº 312/2007.

De autoria do nobre Deputado Rôney Nêmer, o Projeto de Lei nº 312/2007 tem a finalidade de reconhecer a Encenação da Paixão de Cristo (Via-sacra), no Recanto das Emas, como espetáculo integrante dos eventos oficiais do Distrito Federal.

A proposição ainda determina, em seu art. 2º, que o Governo do Distrito Federal destine, anualmente, à Região Administrativa de Recanto das Emas – RA – XV, os recursos necessários à montagem e à realização do evento, conforme orçamento elaborado pela Administração Regional respectiva.

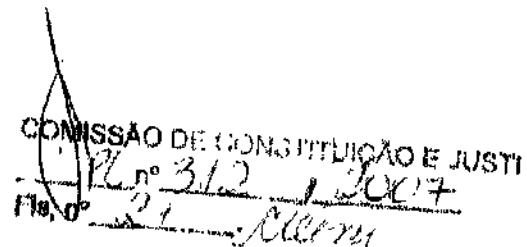
O autor justifica a apresentação da proposta lembrando ser papel do Estado preservar as manifestações populares, pois elas fazem a interação do povo, promovendo o desenvolvimento social e econômico da cidade e da região.

O projeto, em sua tramitação nesta Casa, foi aprovado pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça, em sua forma original.

Também em Plenário, durante os dois turnos regimentais de votação, a proposição foi aprovada, sem a apresentação de emendas.

O projeto foi encaminhado à sanção pelo Chefe do Poder Executivo em 14 de novembro passado.

Em suas razões de veto, o Governador assinala que o dispositivo vetado (art. 2º) trata do custeio, pelos cofres públicos, de culto ou evento religioso, o que afrontaria o comando inscrito no art. 18, inciso I, da Lei Orgânica do Distrito Federal, *in verbis*:



*"Art. 18. É vedado ao Distrito Federal:*

*I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;"* (grifado no original).

Acrescenta ser esse dispositivo a repetição de dispositivo constitucional (art. 19 da Constituição Federal).

Entende o Chefe do Poder Executivo que o custeio integral da montagem e da realização do evento constituiria subvenção inconstitucional.

Alega, ainda, aquela autoridade afronta a outro mandamento da Lei Maior distrital: o art. 71, § 1º, inciso IV, que determina serem de iniciativa privativa do Governador os projetos que disponham sobre organização, atribuições e estruturação de órgãos e entidades da administração pública distrital. A usurpação de iniciativa privativa tornaria, pois, o dispositivo inconstitucional, exigindo a oposição do veto.

Por essas razões, o Governador solicita a manutenção do voto pela Câmara Legislativa.

Com essas informações, acreditamos que os nobres parlamentares estarão em condições de deliberar sobre a matéria.

É o relatório.

Sala das Comissões,

Deputado \_\_\_\_\_  
Presidente

Deputado **MILTON BARBOSA**  
**Relator**

COMISSÃO DE CUSTEIO  
PL nº 312, 2007  
DE nº 22, Meire



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	33

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Em discussão o relatório.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

**DEPUTADO CABO PATRÍCIO** – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Concedo a palavra a V.Exa.

**DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT)** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, oriento os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores a votarem pela manutenção do voto.

**DEPUTADO RÔNEY NEMER** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Concedo a palavra a V.Exa.

**DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB)** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como autor do projeto, quero pedir aos nobres Pares que votem pela manutenção do voto, porque nossa equipe errou em delegar ao Poder Executivo a organização da Via-Sacra. Por se tratar de entidade religiosa, não do Estado, as despesas e a organização do evento devem ficar a cargo dessa entidade.

Portanto, peço aos nobres Pares que mantenham o voto parcial para que a Paixão de Cristo do Recanto das Emas possa fazer parte do Calendário Oficial.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Passa-se à apreciação do voto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	34

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



### REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : A / 2\*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 312/07

Autor: Deputado(a): Rony Nemer  Executivo

Relator: Deputado(a): Milton Barbosa

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X			
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X
	BERINALDO PONTES	PP	X			
	BISPO RENATO	PR				X
	BRUNELLI	DEM		X		
	CABO PATRÍCIO	PT	X			
	CHICO LEITE	PT				X
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X
	DOUTOR CHARLES	PTB	X			
	ÉRIKA KOKAY	PT	X			
	EURIDES BRITO	PMDB				X
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X			
	LUZIA DE PAULA	PSL	X			
	MILTON BARBOSA	PSDB	X			
	PAULO RORIZ	DEM	X			
	PAULO TADEU	PT	X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X			
	RAAD MASSOUSH	DEM				X
	REGUFFE	PDT	X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X			
	RÔNEY NEMER	PMDB	X			
	WILSON LIMA	PR	X			
	ALÍRIO NETO	PPS	X			
	TOTAL	---	16	01		07

SECRETÁRIO DEP. Da Charles

VOTOS "SIM"	16	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	01	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	07		

CONSOLIDADO POR <u>Rony</u>	13871	ASSP/PL Nº 312/07
ASSINATURA	MAT.	FOLHA Nº 23 g



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	35

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Fica mantido o voto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

**DEPUTADO ALÍRIO NETO** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Concedo a palavra a V.Exa.

**DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, comunico aos Parlamentares desta Casa que o Bloco Social Trabalhista, sob a liderança do Deputado Milton Barbosa, fez uma questão de ordem com relação à composição da CPI dos Cemitérios, e a Presidência recebeu essa questão de ordem.

Portanto, solicito a V.Exa., se todos os Parlamentares concordarem, que adie para terça-feira a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da CPI, no intuito de termos tranquilidade para analisar a questão de ordem apresentada pelo Bloco Social Trabalhista.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Não havendo óbice por parte dos Parlamentares, acato a questão de ordem de V.Exa., Deputado Alírio Neto.

**DEPUTADO DR. CHARLES** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	36

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro a presença do Sr. José Valdécio, Prefeito de Valparaíso, no plenário desta Casa.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer uma dúvida: a sessão de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cemitérios e a eleição do Presidente e do Relator ficarão para terça-feira, às 15h?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Exatamente, Deputado Reguffe.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 735, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 40.241.800, 00 (quarenta milhões, duzentos e quarenta e um mil e oitocentos reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento".

Relator: Deputado Paulo Roriz - CEOF.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Roriz, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	37

Orçamento e Finanças às emendas ao Projeto de Lei nº 735, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 40.241.800, 00 (quarenta milhões, duzentos e quarenta e um mil e oitocentos reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento".

Sr. Presidente, as emendas nºs 1, 2 e 3 foram retiradas a pedido do autor. As emendas nºs 4, 5 e 6 foram acatadas por esta Comissão.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 735, de 2008 . (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	38

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 735, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 40.241.800, 00 (quarenta milhões, duzentos e quarenta e um mil e oitocentos reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 740, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	39

do Distrito Federal no valor de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento”.

Relator: Deputado Paulo Roriz - CEOF.

Esta Presidência pergunta ao Presidente da CEOF, Deputado Paulo Roriz, se vai emitir o parecer ou se vai indicar relator.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, indico o Deputado Rôney Nemer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer para emitir parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas ao Projeto de Lei nº 740, de 2008.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às Emendas ao Projeto de Lei nº 740, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento”.

Sr. Presidente, uma emenda do Partido dos Trabalhadores dá uma versão à redação do anexo II, suplementação de 32,202, Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal - INAS.

Há adequação do PL à presente emenda, no valor de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais).

A Emenda Modificativa nº 2, também da Bancada do Partido dos Trabalhadores, suprime o art. 3º do projeto de lei em epígrafe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	40

A Emenda nº 3, de autoria do Deputado Cristiano Araújo e outros, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais.).

O parecer é pelo acolhimento da Emenda nº 3 e pela rejeição das emendas nºs 1 e 2.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, as emendas que foram rejeitadas, especialmente a de nº 1, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, inviabilizam todo o projeto. Os R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) que foram destinados ao programa dos aposentados seriam destinados ao plano de saúde dos servidores. Ora, já existe rubrica no Orçamento para o plano de saúde dos servidores. Trata-se de duas questões absolutamente distintas. Essa emenda desqualifica o projeto na sua essência.

Quanto à segunda emenda, apenas uma convalidação de um crédito orçamentário, feito por decreto, de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), e não sete milhões. Não há por que acolher as duas emendas do PT.

E a emenda do Deputado Cristiano Araújo está sendo acolhida porque consta nos autos do processo um ofício do Administrador do Núcleo Bandeirante pedindo o remanejamento de uma rubrica dentro da sua Administração, dela para ela mesma.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	41

O Deputado Cristiano Araújo apenas atendeu ao pleito da Administração e está fazendo essa alteração. Não há nenhum óbice por parte da Liderança do Governo ao acolhimento da Emenda nº 3, como foi aqui proferido no voto do Relator.

Portanto, a nossa orientação é que votemos com o Relator.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

**DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, quanto às emendas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores, em particular a emenda que convalida o crédito de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), como disse o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, foi aberto crédito do Decreto nº 27.702, de 12 de fevereiro de 2007, o que é crime de responsabilidade. Não cabe a esta Casa convalidar o ato de crime de responsabilidade cometido pelo Governador. Por mais que isso convalide, o crime foi cometido. Por essa razão, somos contrários ao parecer e favoráveis à emenda.

Em relação à outra emenda: todos sabem que o INAS, depois de implementado, não cumpriu suas finalidades. O que tem hoje em caixa não atendeu aos servidores do Distrito Federal, tanto os servidores diretos, quanto os indiretos. Portanto, não há por que destinar mais dezessete milhões para se ter uma pasta sendo que nem sabemos o que será feito.

Tramita nesta Casa em regime de urgência um projeto sobre a questão da previdência do servidor. É um projeto que ainda será discutido. Por isso o PT



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	42

apresentou as duas emendas e orienta os Parlamentares a votarem contrariamente ao parecer.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer da CEOF.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 1 voto contrário.

Em discussão, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 740, de 2008 . (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Cabo Patrício.

A matéria segue a tramitação regimental.

**DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA)** – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	43

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 740, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente Orçamento”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Convido o Deputado Dr. Charles a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	44

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 09/04/2008, juntamente com a ata sucinta da 12ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Conforme solicitação do Deputado Rogério Ulysses, passaremos à apreciação do requerimento de autoria de S.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 816, de 2008, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que "requer a realização de audiência pública no dia 12 de março de 2008, às 19h30min, na cidade de São Sebastião, para tratar das questões relativas à violência juvenil naquela localidade".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários quelram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	45

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que insira na pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007, que trata da concessão de título de Cidadão Honorário de Brasília.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero convidar todos os Parlamentares, suas respectivas assessorias e aqueles que desejarem para uma reunião técnica que será realizada segunda-feira, às onze horas, com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano para tratarmos do famoso projeto dos "puxadinhos" na Asa Sul. O projeto já está em tramitação desde o semestre passado nesta Casa. Receberemos também algumas autoridades dessa área para podermos fazer o encaminhamento.

Na última reunião da Comissão de Assuntos Fundiários, inclusive com a presença da Deputada Erika Kokay, suplente do Deputado Cabo Patrício, pediram-nos que, antes de colocarmos esse projeto em discussão e votação, fizéssemos uma reunião técnica para discutirmos sobre ele.

Portanto, todos os Parlamentares estão convidados para a reunião. O local será definido no horário, mas, provavelmente, será na sala da Liderança do PMDB, às onze horas, com a presença dos técnicos da área.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	46

Por último, eu quero registrar um protesto pessoal, não do Líder, mas do Deputado Leonardo Prudente, ao Decreto nº 28.823, publicado no Diário Oficial de hoje, no qual o Sr. Governador convoca a primeira Conferência Distrital de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Eu respeito as minorias, a posição do Sr. Governador e do Secretário de Justiça, que estará promovendo esse assunto, mas eu entendo inoportuna a realização desse evento pelo Governo.

Fica, portanto, registrado o meu protesto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, faço coro às palavras de V.Exa. Portanto, fica também registrado o meu protesto.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero também manifestar a minha posição contrária ao pensamento do Sr. Governador. Sei que este País é livre, mas eu sempre tive a tendência de dizer que homem é homem e mulher é mulher.

A Ciência e o Código Civil não me provaram nada ao contrário. A legislação brasileira tem esses matizes.

Eu acho que foi uma infelicidade muito grande a publicação desse decreto.

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que coloque em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 63, que trata da concessão de título de Cidadão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	47

Honorário de Brasília a um membro importante que passou por esta Casa, Sr. Valter Eduardo de Sousa, do P Sul.

Esse projeto já tramitou por todas as comissões, e a solenidade será realizada no domingo.

Portanto, eu gostaria que V.Exa o colocasse para apreciação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V. Exa. e a do Deputado Berinaldo Pontes.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília - *post mortem* ao Sr. Stenio Alves de Freitas".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	48

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2007, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília – *post mortem* ao Senhor Stenio Alves de Freitas".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2007, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Valter Eduardo de Sousa".

Solicito ao Deputado Milton Barbosa que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da CCJ ao Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2007, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	49

autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Valter Eduardo de Sousa".

Esse cidadão vem a ser o "Valter do P-Sul". Seu passado dispensa comentários. Em razão disso, voto pela aprovação do PDL em referência.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

Em discussão, em turno único, o PDL nº 63, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 15 Parlamentares.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	50

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esse projeto já tinha o parecer da CAS e foi aprovado em turno único.

Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2007, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Valter Eduardo de Sousa”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de parabenizar o Governo federal e o Governo local por estarem organizando a primeira conferência GLBTT deste País e desta cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12ª Sessão Ordinária	51

Acho que essa é uma oportunidade imensa! A sociedade tem de perceber que o ser humano é diverso e não pode esquecer que a humanidade é uma só! A humanidade é uma só! Existem várias formas de amar. Existem várias formas de ser. A humanidade é composta por homens, mulheres, crianças, com várias faixas etárias e várias culturas, várias raças e várias etnias, mas é uma só!

Quando nós organizamos, em nível nacional, a primeira conferência GLBTT, que tem, em verdade, recebido elogios do mundo inteiro, nós lutamos pela cidadania! O preconceito é anticidadão! O preconceito é antidemocrático! Não há democracia nem cidadania em uma sociedade elvada de preconceitos!

A comunidade de *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais tem direito a uma existência humana plena. E aqueles que tantas vezes repudiam seus beijos, carinhos e afetos são os que compactuam e não se revoltam contra a violência que graça nesta sociedade.

Por isso, eu gostaria de parabenizar o Governo federal e o Governo local. A grande maioria das unidades da Federação já organizou suas conferências estaduais - aqui em Brasília, distrital - para que se possa contribuir com um grande salto pela cidadania, que é reconhecer os direitos da comunidade GLBTT.

Eu digo que o preconceito nega a humanidade porque a humanidade é diversa. E nós nunca vamos ter uma identidade nacional, porque temos o imaginário cindido, se não entendermos a diversidade e se não respeitarmos as pessoas na sua forma de amar, na sua forma de ser e de buscar sua condição de sujeito e sua liberdade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06   03   2008	15h40	12 <sup>a</sup> Sessão Ordinária	52

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar minhas palavras, quero apenas dizer que, como somos contra a discriminação, somos contra o repúdio ao amor e ao afeto, que sempre valem à pena – já disse o poeta. Nós achamos que esse é um grande salto a fim de que se incluam, no Orçamento do Distrito Federal, programas de combate à homofobia, de combate ao preconceito e de valorização da vida, da democracia e da cidadania!

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está registrada a questão de V. Exa., Deputada Erika Kokay.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h15.)